

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Data	24/02/2015	Horário	Das 15:30hs às 16:10hs	Local	Videoconferência
Autor:	Jones Cardoso de Melo Filho / Deusdete Alves Paixão			Revisor:	Data: Lucio Melre da Silva 14/05/2015

2. OBJETIVO DA REUNIÃO

A reunião teve como objetivo discutir a utilização de fábrica de software para atuar no desenvolvimento do PJe.

3. PENDÊNCIAS DE REUNIÕES ANTERIORES

- N/A.

4. PAUTA

A reunião iniciou-se com a explicação do Dr. Bráulio a respeito do entendimento do que seria uma fábrica de software para atuar no PJe. Ficou entendido que é toda unidade participante do desenvolvimento do PJe, seja ela constituída com recursos da própria unidade participante ou utilizando serviços terceirizados (fábrica de software).

O secretário de TI do TRF1, Marcos Barbosa, questionou se havia a necessidade da lavratura de termo de confidencialidade para o desenvolvimento do sistema com mão-de-obra terceirizada. Na oportunidade o Misael esclareceu que já fora firmado termo nesse sentido com todos os participantes do acordo de cooperação para o desenvolvimento do PJE. Assim, serão anexados à ata cópias dos documentos que embasam esse entendimento, quais sejam:

- Acordo de cooperação técnica n. 73/2009;
- Termo de Cooperação Técnica nº 29/2012;
- Termo de Compromisso e Confidencialidade firmado pelo TRF da 1ª Região.

O Sr. Antônio Augusto informou que não é possível que a mão de obra terceirizada participe do programa de capacitação oferecido pelo CNJ acerca do PJe. A responsabilidade pela capacitação da mão de obra terceirizada ficará a cargo do tribunal.

Questionado sobre o critério de devolução de *issues* por parte do grupo de qualidade do CNJ, Antônio Augusto informou que não existem critérios tão rígidos para a avaliação dos códigos e que a maioria das inconformidades são referentes a problemas funcionais (códigos que não realizam as funções propostas) e erros de codificação. Erros de estrutura/arquitetura são muito poucos. Informou, ainda, que a documentação do projeto (wikiPje) contém os procedimentos necessários para o desenvolvimento da aplicação.

Questionado sobre a priorização das issues dos TRFs no *pull* de demandas do PJe, Antônio Augusto informou que três servidores do CNJ estão dedicados às demandas da Justiça Federal, e que, caso ocorram demandas impeditivas ou que sejam extremamente importantes para o sistema, pode haver um contato direto da gerência no TRF com a equipe técnica do CNJ, que atenderá à demanda prioritariamente.

Também ficou estabelecido que, inicialmente, haverá um representante por tribunal para atuar na ferramenta de gerenciamento de demandas (JIRA). Os representantes do CJF e do TRF1 já estão cadastrados nesta ferramenta.

5. PONTOS DE AÇÃO

Ação	Responsável	Prazo
O Antônio Augusto encaminhará ao grupo documento com todas as	Antônio Augusto	

Ação	Responsável	Prazo
instruções para o acesso e utilização do ambiente de desenvolvimento.		

6. PRÓXIMA REUNIÃO

7. PARTICIPANTES E AUTENTICAÇÃO

Participante	Lotação	e-mail	Assinatura
Dr. Bráulio Gabriel Gusmão	CNJ	Braulio.gusmao@cnj.jus.br	
Marcelo Lauriano	STI/CNJ	marcelo.lauriano@cnj.jus.br	
Antônio Augusto	STI/CNJ	antonio.martins@cnj.jus.br	
Marcelo de Campos	STI/CNJ	marcelo@cnj.jus.br	
Lúcio Melre	STI/CJF	lucio.melre@cjf.jus.br	
Deusdete Alves Paixão	STI/CJF	deusdete.paixao@cjf.jus.br	
Jones Cardoso de Melo	STI/CJF	jones@cjf.jus.br	
Misael Guerra Pessoa	SDI/CJF	misael@cjf.jus.br	
Marcos Barbosa Andrade	TRF1	marcos.barbosa@trf1.jus.br	
Janderson Casado	TRF1	janderson.santos@trf1.jus.br	
Yuri Oliveira de Andrade	TRF1	yuri@trf1.jus.br	
Gustavo	TRF1		